



Boletim Conjuntural Abril | 2020

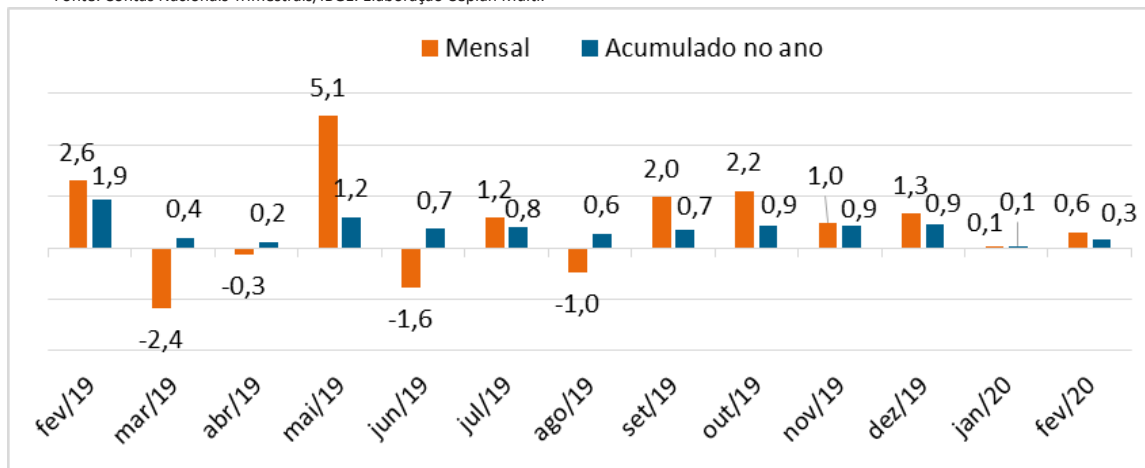
1. CONJUNTURA NACIONAL

O Instituto Fecomércio tem apresentado, em sua série mensal de informes, por meio de boletins conjunturais, análises que vão compondo – periodicamente – uma visão de como evolui a economia brasileira, com destaque para os segmentos de comércio e prestação de serviços, fazendo-se inserção de Pernambuco em contexto mais amplo. As bases de dados usadas (IBGE e Banco Central – principalmente) são de fontes absolutamente confiáveis, permitindo-se que seja delineado um panorama da conjuntura econômica. Sumariamente: trajetória de alongada crise, que completa uma década, tomando-se 2011 como a grande inflexão, para baixo, da curva de crescimento do PIB brasileiro (7,53% em 2010 para 3,97% em 2011), ao que se sucederam desaceleração, estagnação, recessão (do 2º. Trimestre/2014 até o último trimestre/2016) e, desde 2017, lento crescimento que alcança pouco mais 1,0% ao ano.

Adentra-se com o Índice de Atividade Econômica (IBC-BR, do Banco Central) variando 0,3% em fevereiro, conforme o indicador acumulado do ano: valor de jan-fev/2020, sobre similar período de 2019; portanto, apontando – neste início de ano – para um crescimento abaixo do decepcionante padrão do triênio 2017-2019 (ver [Gráfico 1](#)). Ademais, pondo-se a situação brasileira em perspectiva histórica mais ampla, o IBRE-FGV acaba de divulgar que, nesta década (2011-2020), o decréscimo da renda per capita do país deverá ser de -0,6% ao ano (contra -0,4% ao ano na chamada década perdida, 1981-1990), considerando-se uma estimativa de queda de -4,1% desse mesmo indicador, em 2020. É possível, assim, que o país esteja encerrando uma era – considerada a iminência de forte queda no nível de atividade econômica a partir do terceiro mês deste ano. É sobre economia tão combalida que o país passa a sofrer, a partir de março deste ano, as consequências da pandemia. Com certeza, o mundo será outro depois desta catástrofe sanitária, com efeito devastador sobre a economia mundial.

Gráfico 1. Brasil: taxa de variação (%) mensal e acumulada no ano, do índice de atividade econômica (IBC-BA) – fevereiro/2019 -fevereiro/2020 (base: mesmo período do ano anterior)

Fonte: Contas Nacionais Trimestrais/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

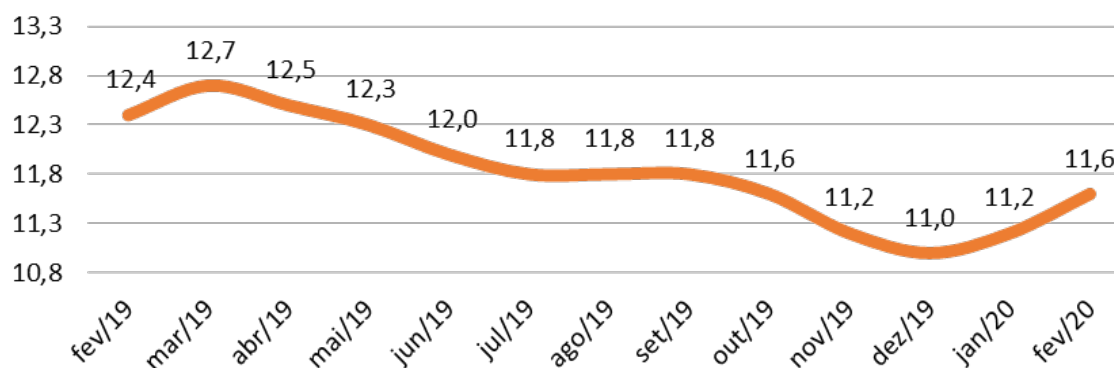


Incerteza e insegurança se tornam, infelizmente, presentes no mundo. E o Brasil, na desconfortável singularidade de já estar vivenciando uma economia de baixo crescimento recebe também forte impacto negativo em decorrência da crise sanitária. O FMI aponta para um decréscimo de 5,3% do PIB brasileiro, neste ano. Por sua vez, o último Boletim Focus divulgado pelo Banco Central (24/04/2020) sinaliza para um declínio anual do PIB (-3,34%), menos drástico que o estimado pelo FMI, refletindo um momento da percepção dos agentes econômicos. De todo modo, a já combatida economia brasileira deverá sofrer forte impacto, que pode ser ainda maior, a depender da extensão e da profundidade da pandemia e das suas consequências.

O mês de fevereiro vai representar o fim de uma era. Inicia-se, a partir de março de 2020, uma fase da economia com padrão de produção de bens e serviços muito abaixo do atual, e significativos reflexos negativos sobre o mercado de trabalho, os rendimentos das famílias, o consumo de bens e serviços, etc. Ademais, ter-se-á um aprofundamento da crise fiscal da união, estados e municípios. Em síntese, ao se completar uma década de crise econômica e política, deverá ter lugar um aprofundamento que não estava, nem em eventual pesadelo, na agenda de agentes econômicos, famílias e governos.

O estágio atual, no que respeita à esfera que representa a face social da dinâmica econômica – o mercado de trabalho – pode ser examinado a partir de um dado básico gerado pela PNAD Contínua (IBGE): taxa de desemprego aberto de 11,6% no trimestre terminado em fevereiro de 2020 (**Gráfico 2**). Em termos absolutos, essa taxa representa 12,3 milhões de pessoas desocupadas, ou seja, buscando ativamente algum tipo de ocupação – seja formal ou informal. E isso se dá, mesmo havendo – em fevereiro de 2020 – uma população ocupada de 93,4 milhões de pessoas, um número 1,5 milhão acima do observado em fevereiro de 2019 (91,9 milhões).

Gráfico 2. Brasil: taxa (%) de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade (média móvel trimestral) – fevereiro/2019 a fevereiro/2020



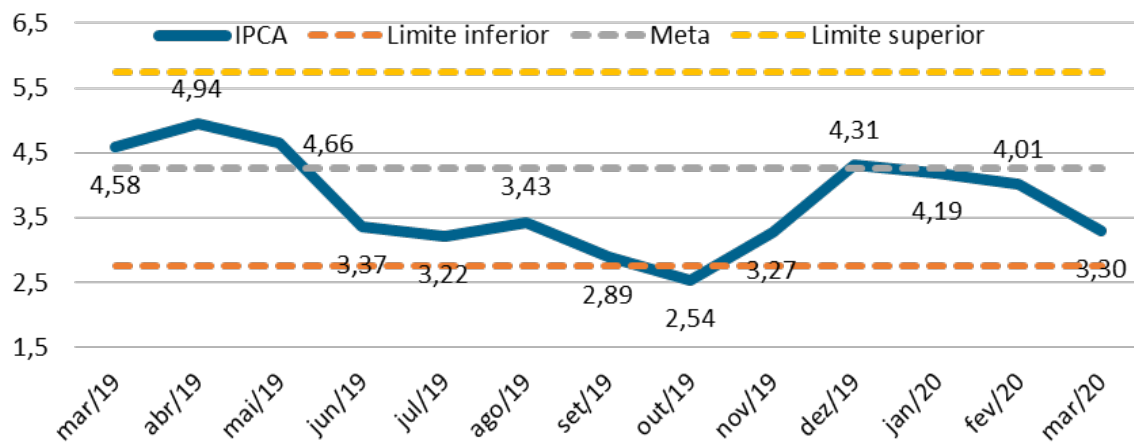
Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: Considera a média móvel trimestral do universo das pessoas de 14 anos ou mais desocupadas e na força de trabalho, sendo o mês de referência tomado como limite superior do trimestre.

Há lugar para crescimento da ocupação (formal e informal), mas é algo insuficiente para reduzir o volume de desocupados, por conta de um medíocre padrão de crescimento. Como posições no mercado formal são mais escassas, resta, entre outras opções – aos que perdem emprego ou buscam a primeira ocupação – tentar a sorte no comércio de rua, ou em oferta de serviços como MEI (microempreendedor individual, com CNPJ). Cabe, neste caso, um variado conjunto de ocupações – inclusive a emergente ocupação de entregador de bens (alimentos, bebidas, etc.) com base em aplicativos. Tais vias de escape, que ampliam o trabalho precário, combinadas com o crescimento do desalento (desistência de busca de ocupação, que afeta trabalhadores que não vêm chance de êxito), potencializam o drama social decorrente de subutilização da força de trabalho.

Em tal panorama de crise econômica e crise social, o comportamento dos preços permanece sendo um front em que não há motivo para inquietação. A esse respeito, destaque-se que o indicador oficial de inflação (IPCA, Índice de Preços ao Consumidor Amplo), acumulado em 12 meses (**Gráfico 3**), atingiu 3,30% em março de 2020, patamar bem abaixo do centro da meta estabelecida pelo Banco Central (4,25%), e que se aproxima do limite inferior (2,75%). Por outro lado, a referida edição do Relatório Focus também traz estimativa de 2,10% para o IPCA de 2020, contra 2,19% na semana anterior. Um resultado tranquilizador, com respeito a um dos fatores básicos com o qual se contava para favorecer uma recuperação mais significativa da economia brasileira, que era esperada para 2020. Além desse, o natural pilar representado pela capacidade ociosa de importantes segmentos produtivos, em particular na indústria; e a ociosidade de importante parcela da força de trabalho não pressionam a inflação. Nem pelo lado dos custos nem pelo lado do consumo das famílias. Ademais, um baixo valor da Selic significa – além de estímulo ao investimento produtivo via menor custo do capital financeiro – menor pressão sobre juros da dívida pública, reduzindo o crescimento do déficit nominal. Todavia, tal panorama já se alterou bastante a partir de março, o que deverá ser explicitado quando da disponibilidade de indicadores desse mês e do corrente mês de abril.

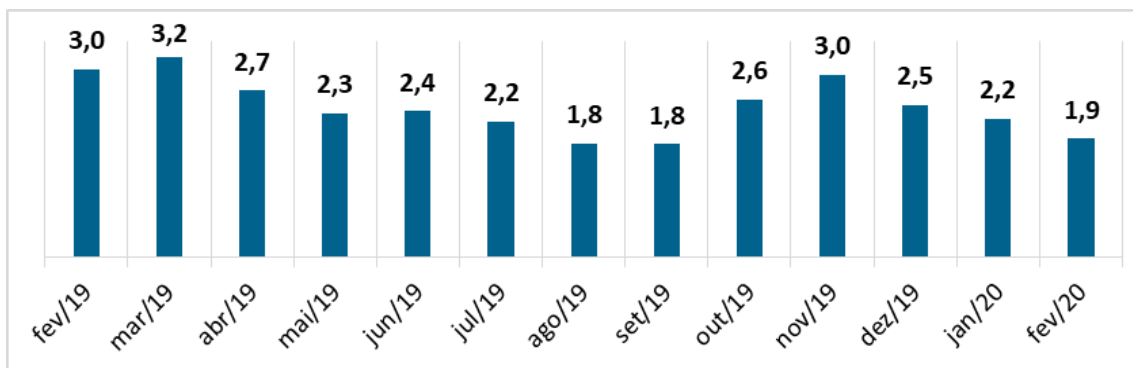
Gráfico 3. Brasil: IPCA acumulado em 12 meses, em % – março/2019 a março/2020



Fonte: Sistema Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Outro importante fator, que até o momento operou para sustentação do consumo das famílias, tem sido a renda real do trabalho que se mantém com crescimento no entorno dos 2,0% – o que se deve a combinação de certo crescimento da ocupação e inflação baixa. De fato, o **Gráfico 4** revela que a massa de rendimentos do trabalho, no trimestre encerrado em fevereiro deste ano, tendo-se por base o agregado verificado no mesmo período do ano anterior, cresceu 1,9%. Um resultado importante – mantido até esse momento de inflexão –, que vinha contribuindo para garantir algum dinamismo no volume de negócios do varejo e da prestação de serviços.

Gráfico 4. Brasil: variação real da massa de rendimentos do trabalho (média móvel trimestral) das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas, em % – fevereiro de 2019-fevereiro de 2020 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

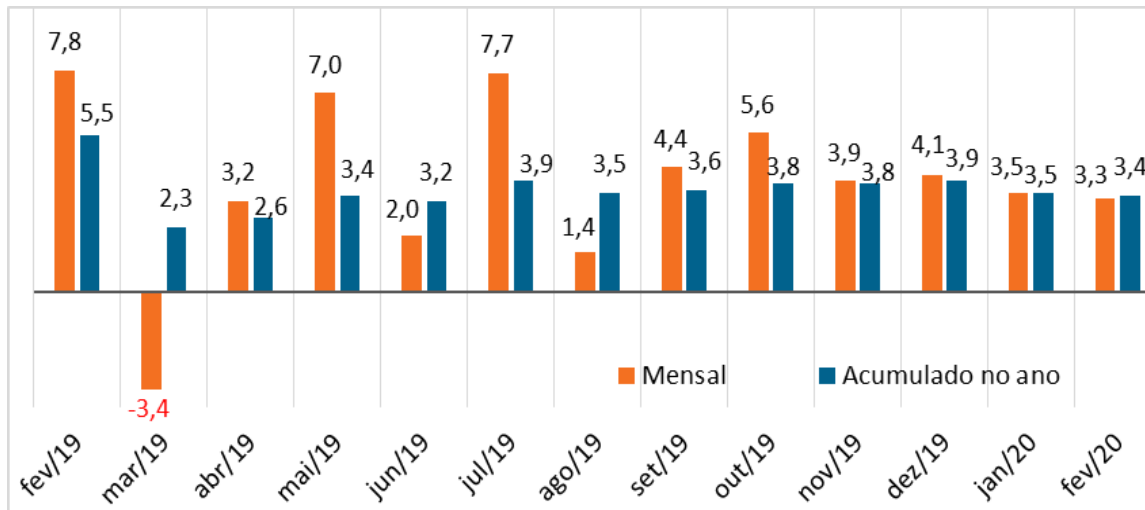
Nota: O indicador é a média móvel trimestral da massa de rendimentos recebida em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais ocupadas e com rendimento de trabalho; é calculada considerando-se o mês de referência, em cada divulgação, como limite superior. Os valores da série são corrigidos mensalmente por uso do deflator (IPCA) do mês intermediário.

COMÉRCIO VAREJISTA: DESEMPENHO POSITIVO EM 2020

Mantido um procedimento usual na série de edições do Boletim Instituto Fecomércio, esta seção contempla informações sobre o comércio varejista brasileiro – consideradas duas abordagens, conforme sistematização na base de dados do IBGE: **varejo** (restrito), conforme o que usualmente se entende por esse segmento da economia, e **varejo ampliado**. O desempenho mensal e o indicador acumulado do ano do volume de vendas do varejo ampliado – agregado que resulta do acréscimo de ‘veículos, motocicletas, partes e peças’ e ‘materiais de construção’ ao conjunto de segmentos que compõem o comércio varejista propriamente dito – são apresentados no Gráfico 5. Analogamente, vê-se – no **Gráfico 6** – a trajetória mensal e o indicador acumulado do **varejo restrito**.

O volume mensal de vendas do varejo ampliado, no país – resultado acumulado do ano (janeiro e fevereiro) – é 3,4%; superior ao observado no correspondente período de 2019 (**Gráfico 5**). Trata-se de variação positiva bem superior ao crescimento do PIB. O desempenho mensal registrado em fevereiro de 2020, em comparação com fevereiro de 2019, é também positivo (3,3%) e bem próximo do crescimento acumulado do ano. Um resultado que também se assemelha ao observado no mês de janeiro deste ano, tanto no que diz respeito a variação mensal quanto acumulada.

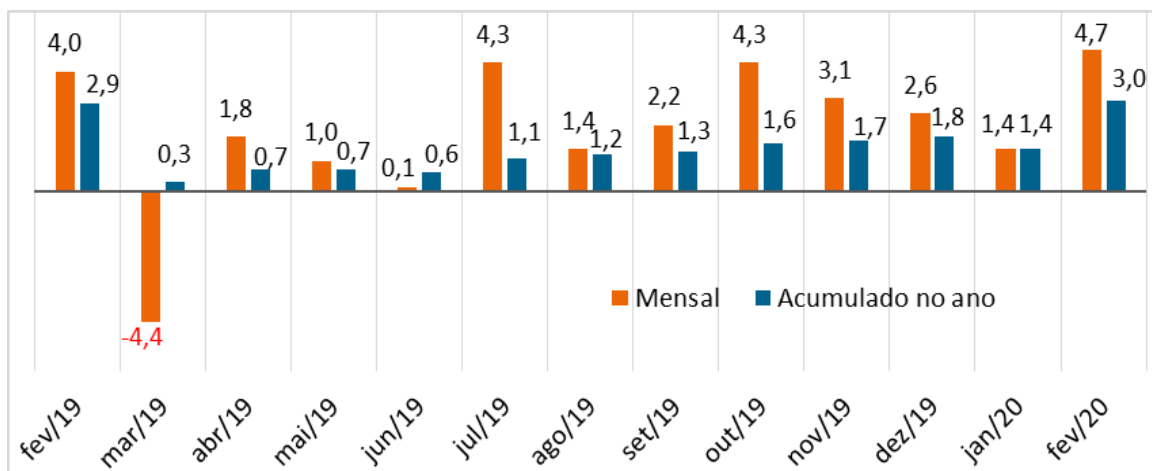
Gráfico 5. Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de vendas do Varejo Ampliado, em % – fevereiro 2019-fevereiro/2020 (base: mesmo período no ano anterior)



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

No que diz respeito ao desempenho do varejo restrito – não considerados os segmentos de veículos e de material de construção – observa-se que as variações, tanto em base mensal quanto no acumulado, também se mantêm no campo positivo. O índice acumulado do ano é de 3,0%; enquanto o mensal (fevereiro/2020) é de 4,7%. Como se vê, os volumes de vendas no varejo restrito também superam o crescimento da economia como um todo (**Gráfico 6**). Trata-se de resultado que vem se mantendo ao longo de vários registros periódicos veiculados na Série Boletim do Instituto Fecomércio.

Gráfico 6. Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de vendas do Comércio Varejista, em % – fevereiro/2019-fevereiro/2020 (base: mesmo período no ano anterior)

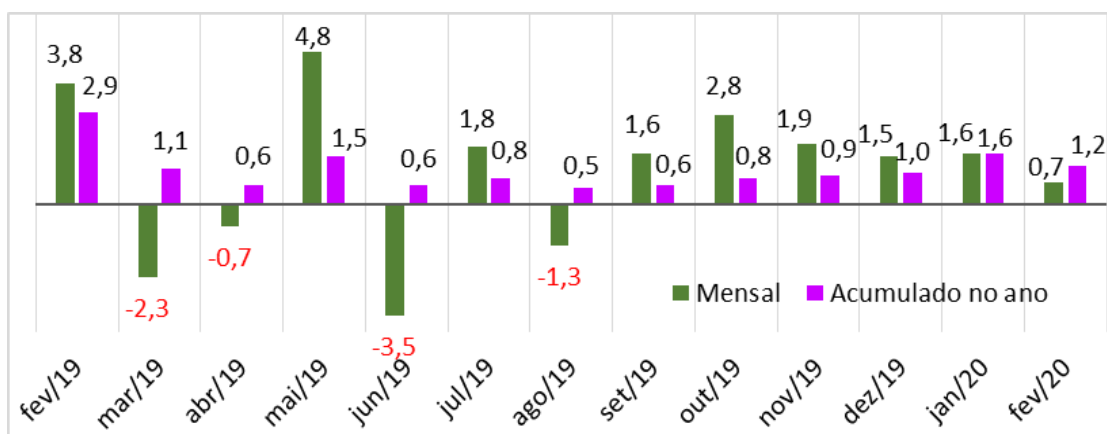


Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

SERVIÇOS COM VARIAÇÃO POSITIVA EM 2020

No que diz respeito ao setor de prestação de serviços, verifica-se um volume de vendas também positivo; 1,2% no indicador acumulado do ano e 0,7% no indicador de fevereiro de 2020, quando comparado com o desempenho de igual mês de 2019 – conforme, ilustrado no **Gráfico 7**. Um resultado, mesmo com menor intensidade (relativamente ao comércio varejista), mas que também registra um desempenho melhor do que o modesto crescimento da economia brasileira no acumulado deste ano (0,3%, IBC-BR).

Gráfico 7. Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de Serviços, em % – fevereiro/2019-fevereiro/2020

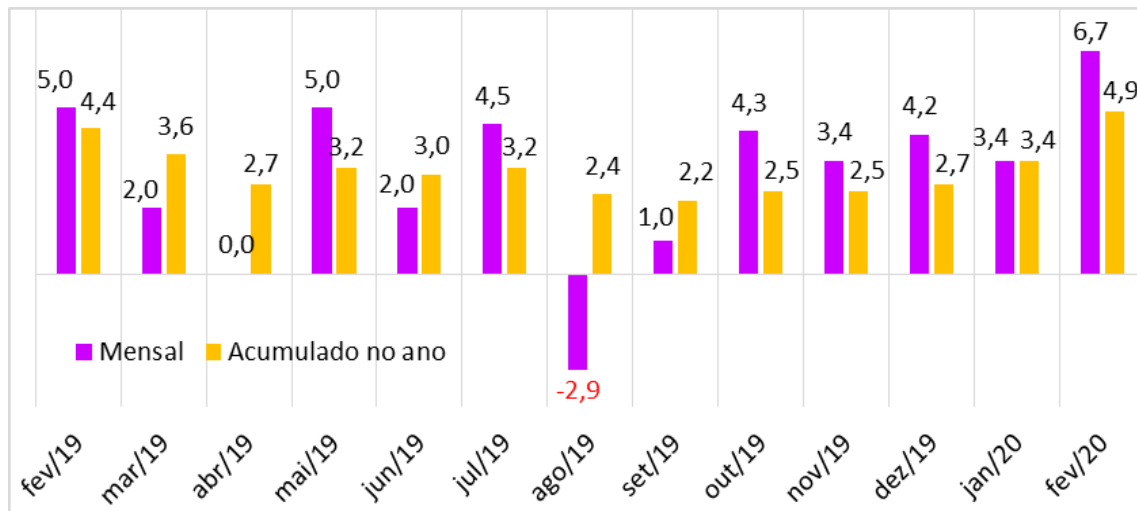


Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi

TURISMO COM DESEMPENHO TAMBÉM POSITIVO EM 2020

O segmento de Turismo – específico conjunto de atividades que, no âmbito de Serviços, tem significativa relevância e, como tal, é aqui particularizado, evidencia com base no **Gráfico 8** que o volume de serviços no âmbito do setor de Turismo, tal qual o registrado para o varejo, revela desempenho acumulado positivo em 2020 (4,9% – variação acumulada no ano, ou seja, jan-fev/2020 relativamente a idêntico período de 2019) – e bem acima do crescimento da economia nacional. É ainda bem mais forte o crescimento observado no indicador mensal de fevereiro de 2020 – alta de 6,7% – em comparação com idêntico mês do ano de 2019.

Gráfico 8. Variação mensal e variação acumulada no ano do volume de serviços nas Atividades Turísticas, em % – fevereiro 2019-fevereiro 2020



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Em suma, tanto os indicadores relativos ao volume de vendas do varejo quanto os associados a prestação de serviços, inclusive turismo, logram alcançar variações positivas em 2020, em contraposição ao volume de negócios verificados em 2019, considerados os adequados períodos de referência. Os segmentos do varejo, dos serviços, e, especialmente, as atividades turísticas revelam desempenho superior ao que vem sendo observado para a economia brasileira. Reitere-se que o modesto aumento do valor real da massa de rendimentos e mecanismos de crédito são parte dos fatores explicativos da manutenção de compras de bens e serviços como eletrodomésticos, automóveis, pacotes de turismo, entre outros, o que se reflete em indicadores como os aqui trabalhados. Infelizmente, os próximos resultados – incluídos os números referentes a março do corrente ano, devem mais que anular as variações positivas que vêm sendo observadas nas últimas edições do Boletim Instituto Fecomércio.

2. COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS EM FEVEREIRO DE 2020: PERNAMBUCO NO CONTEXTO NACIONAL/REGIONAL

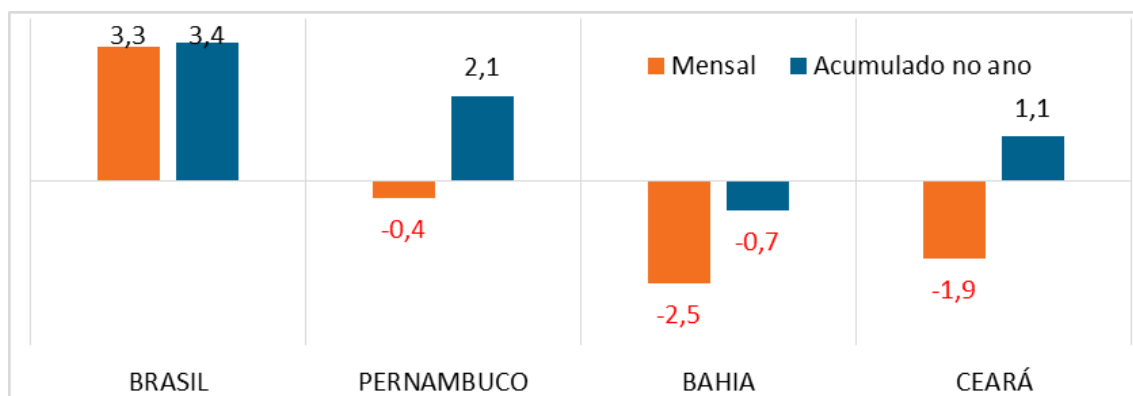
O comércio varejista pernambucano, tanto o ampliado quanto o restrito, que ao longo do ano passado, apresentou – em geral – desempenho aquém do similar nacional, em janeiro deste ano registrou um comportamento distinto. Examinem-se as informações sistematizadas nos **Gráficos 9 e 10**.

Tanto o varejo ampliado, quanto o restrito, revelaram variações positivas no volume de vendas superiores aos equivalentes nacionais. Entretanto, neste mês de fevereiro, o varejo pernambucano volta a registrar desempenho aquém do nacional. Com efeito, considerado o indicador acumulado no ano, o crescimento do volume das vendas do varejo ampliado de Pernambuco é de 2,1%, contra 3,4% do nacional (**Gráfico 9**). No varejo restrito, Pernambuco apresenta uma elevação de 2,9% e o nacional 3,0% (**Gráfico 10**).

No que respeita ao indicador mensal, o varejo ampliado pernambucano registra um declínio de 0,4% contra um crescimento de 3,3% do varejo nacional. Por sua vez, o varejo restrito de Pernambuco cresce 1,6% em fevereiro deste ano, enquanto no país tem um desempenho fortemente positivo (4,7%).

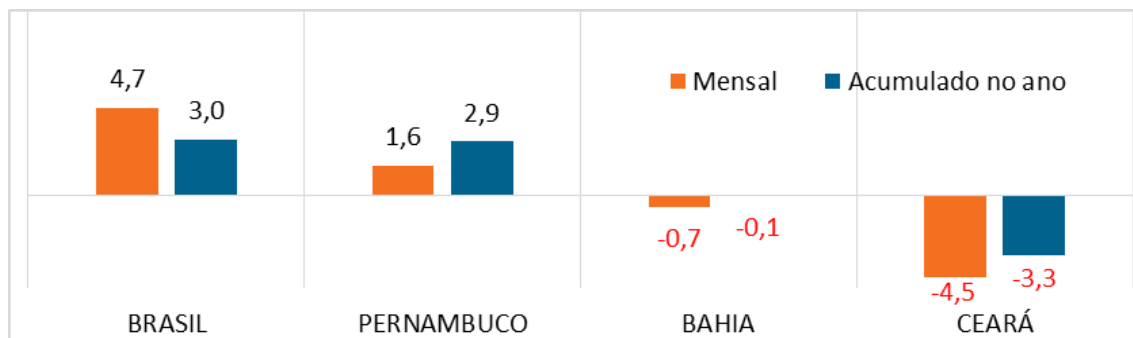
Portanto, considerados os dois tipos de indicadores, o varejo de Pernambuco, que havia iniciado o ano de 2020 com desempenho superior ao nacional, volta a apresentar resultados abaixo do equivalente nacional, embora – no acumulado do ano – o desempenho seja melhor do que o apresentado no mesmo período do ano passado. Quando se estabelece comparação com os estados do Nordeste (Bahia e Ceará), o resultado do varejo pernambucano continua sendo melhor, tanto no acumulado do ano (janeiro e fevereiro), quanto no resultado do mês de fevereiro de 2020, tendo-se por base o mesmo mês do ano passado.

Gráfico 9. Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: taxa (%) de variação mensal e acumulada do volume de vendas Varejo Ampliado – fevereiro/2020 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

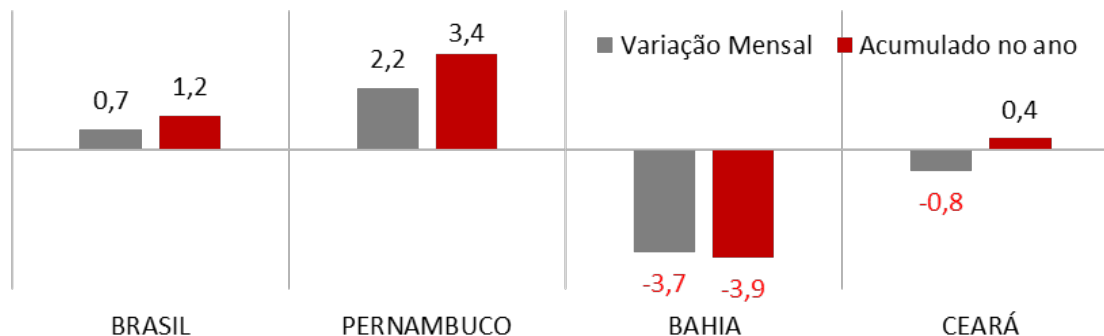
Gráfico 10. Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: taxa (%) de variação mensal e acumulada do volume de vendas no Comércio Varejista – fevereiro/2020 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

O desempenho do setor de prestação de serviços em Pernambuco (**Gráfico 11**) é também positivo: 2,2% em fevereiro de 2020, em relação a fevereiro de 2019; e 3,4% na variação acumulada do ano (até fevereiro). Portanto, diferente do que ocorreu no varejo, Pernambuco mantém desempenho mensal e acumulado, no setor de serviços, acima do observado no âmbito nacional, e também supera a performance dos outros estados nordestinos em destaque, Ceará e Bahia. E isso se dá nas situações retratadas pelos dois indicadores (o acumulado no ano e o indicador mensal).

Gráfico 11. Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: taxa (%) de variação mensal e acumulada, do volume de Serviços – fevereiro/2020 (base: mesmo período do ano anterior)



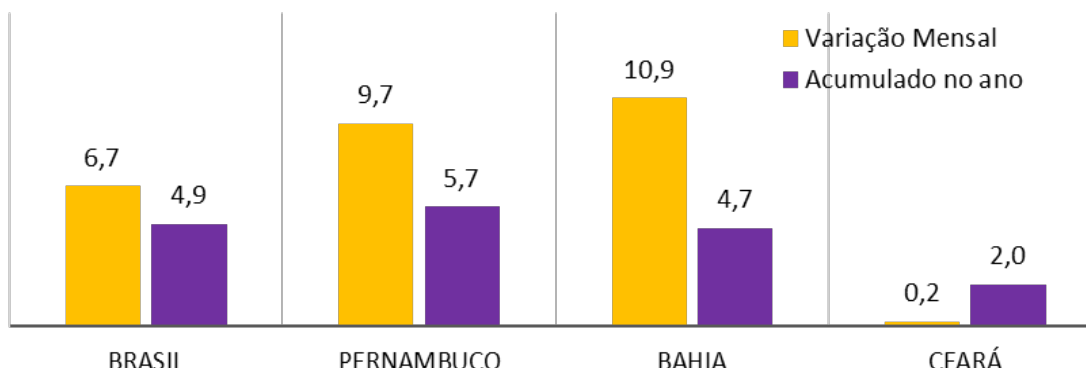
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Recorra-se, novamente, ao expediente de particularização do segmento de Turismo, mantida a contextualização de Pernambuco em conjuntura mais ampla. As informações sistematizadas no **Gráfico 12** foram tratadas seguindo-se tal procedimento, envolvendo os indicadores mensal e acumulado do volume de atividades turísticas de fevereiro de 2020 (a base sendo o volume observado nos respectivos períodos de referência de 2019: fevereiro e o acumulado em janeiro-fevereiro), concernentes aos três estados nordestinos e ao país.

Pernambuco revela, no segmento de atividades turísticas, desempenho fortemente positivo no resultado mensal de fevereiro de 2020 (9,7%). Isso ocorre em um cenário em que o país como um todo mostra desempenho também positivo (6,7%), porém abaixo do pernambucano. Em termos regionais, os dados para o Ceará trazem crescimento de apenas 0,2%; todavia, o desempenho da Bahia (10,9%) fica acima dos registrados nos demais territórios considerados. Em relação aos indicadores acumulados (janeiro e fevereiro de 2020), tendo-se como base de comparação o mesmo período de 2019, o comportamento do segmento de turismo pernambucano mostra um desempenho positivo de 5,7%. É um ótimo resultado, e fica acima do apresentado pelo setor de turismo nacional (4,9%), e também acima do verificado para os estados do Ceará (2,0%) e da Bahia (4,7%).

Reitere-se, por oportuno, que impactos negativos do Coronavírus sobre todos os setores da economia – com desdobramentos sociais relevantes – deverão afetar bastante os próximos resultados a ser apresentados na série de Boletins da Fecomércio. Já se conta com profundas variações negativas do volume de negócios no comércio varejista e na prestação de serviços, em particular no segmento de turismo. Exceção deve ocorrer, em termos de intensidade dos efeitos, em segmentos específicos, a exemplo da rede de supermercados e de alguns negócios que logrem algum êxito via entregas em domicílios, oferecendo serviços de vendas por meio da internet. Os supermercados e alguns outros pontos do comércio varejista inicialmente se beneficiam, também, de antecipações de compras, por conta de precaução dos clientes, antepondo-se a possível enfrentamento de escassez de produtos.

Gráfico 12. Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: taxa (%) de variação mensal e acumulada do volume de Atividades Turísticas – fevereiro/2020 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi

Em síntese, a configuração da trajetória que está sendo observada deve mudar drasticamente a partir dos indicadores referentes a março de 2020. Uma nova trajetória será descortinada, sob atmosfera de muita incerteza e sem robustos elementos de previsibilidade. Sabe-se apenas que serão sentidos fortes impactos negativos; o quão profundo será o declínio é tema ainda carregado de muita incerteza.

3. SÍNTESE E PERSPECTIVAS

A Série Boletim Conjuntural do Instituto Fecomércio, por meio de relatórios mensais, termina por ser um privilegiado instrumento de registro da trajetória da economia brasileira ao longo de vários anos. Ocorre que, por obra do imprevisível, a pandemia Covid-19 – fenômeno que traz uma grave crise sanitária e social, de cuja real dimensão ainda não se tem ideia – atinge fortemente uma economia que luta para escapar de uma década de crise econômica.

Do testemunho que essa Série de relatórios mensais vem oferecendo, pode-se, primeiro, extrair o que se tem de potencial e possibilidades de saída da crise e a economia seguir em recuperação sólida, e, segundo, apontar fatores que tornam ainda mais desafiadora essa tarefa.

Alguns aspectos favoráveis a uma via promissora de recuperação da economia, mencionados ao longo de vários meses, e que permanecem como fatores pró-crescimento, são:

1. Taxa básica de juros (Selic) em nível ineditamente baixo, com perspectivas de permanecer nesse novo padrão por bastante tempo, em um panorama internacional de reduzidos juros baixos.
2. Inflação em nível também reduzido, podendo-se consolidar uma nova era no país – em termos de estabilização de preços. Como já mencionado, na última edição do Boletim Focus do Banco Central, o IPCA previsto para 2020 é de 2,10%.
3. Um nível de reservas cambiais que, mesmo não tão confortável como chegou a ser em anos recentes, permanece constituindo um fator favorável (ao redor de R\$ 350 bilhões, a despeito de recentes operações de venda de dólares, para combate à forte subida da taxa de câmbio, em função da presente crise).
4. Considerável capacidade ociosa (de máquinas/equipamentos e força de trabalho), o que propicia condições pró-crescimento com baixa pressão inflacionária. E boa parte dessa capacidade ociosa diz respeito a atividades econômicas na área de insumos para o segmento de infraestrutura, cujo déficit é significativo. Segmento cuja recuperação é o caminho mais rápido para geração de empregos e expansão da massa salarial da economia.

5. O fato de o Brasil constituir, no panorama internacional, um mercado de grandes proporções, potencialmente atrativo ao influxo de capitais, além de ter inegável relevância geopolítica na América Latina.

A despeito de tais vetores favoráveis a uma via de recuperação, o país avançou pouco, manteve-se lento o ritmo de recuperação (algo que se arrasta desde 2017), e a economia ainda detém mais de 12 milhões de desempregados. E este, sim – no flanco social – deverá ser gigante e angustiante problema, porque a perspectiva é de mais milhões de pessoas desempregadas. Talvez não tanto quanto o que já se registra nos EUA (quase trinta milhões de novos inscritos para o sistema de seguro-desemprego). No caso brasileiro, é mais provável que se ampliem bastante os contingentes de desocupados, de ocupados no setor informal, e de trabalhadores sob desalento. De todo modo, o país poderá conhecer nível inédito de redundância e de subutilização da força de trabalho.

Por outro lado, há de se ter conta de impactos fiscais do programa de enfrentamento da pandemia, de minimização de impactos negativos sobre o setor produtivo, e de proteção aos estratos populacionais socialmente mais desvalidos. Estimativas iniciais do próprio Ministério da Economia já mencionam possibilidade de déficit primário de cerca de R\$ 600 bilhões neste ano, por conta de recursos públicos destinados a iniciativas compensatórias dos impactos negativos da pandemia. Uma mudança e tanto, porque significará dependência ainda maior de recursos privados e de endividamento, para sustentar a recuperação da economia, tarefa magnificada pela inédita profundidade da recessão que deverá ter lugar no corrente ano. Ou seja, o que antes era receio de impactos de uma recessão da economia chinesa, deverá vir a ser o que se vai pagar por profunda recessão mundial – o que, no caso brasileiro, trará grandes desafios e dificuldades.

No âmbito externo, uma novidade é a perspectiva de pressão cambial ascendente, mudando-se o patamar da taxa de câmbio, para o que contribui o fato de a taxa juros básica (real) brasileira não guardar mais grande distância de similar parâmetro na economia internacional – nesta era de baixas taxas de juros básicas. O último Relatório Focus já traz estimativa de taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 4,80 – em 2020. (Estimativa que estava em R\$ 4,50 há duas semanas). Algum impacto inflacionário deve ser absorvido sem maiores dificuldades dado o baixo atual padrão da demanda agregada.

Nesse front externo, o que mais preocupa é o clima de incerteza, a respeito de superação plena da pandemia, e dos decorrentes impactos recessivos. Ademais, enfrenta-se a questão de para onde vão fluxos de capitais disponíveis para investimento ou para aplicação financeira. A disputa, entre potenciais países receptores, será mais acirrada.

Outra importante vertente de complicação para o país diz respeito ao petróleo e possíveis impactos microeconômicos nos negócios da Petrobras. E o tamanho do problema dependerá do tempo que permanecer o atual estado de grandes estoques de petróleo, por conta da brusca redução de demanda decorrente do efeito recessivo da pandemia. O preço dessa commodity, a exemplo do WTI (West Texas Intermediate), referente a petróleo bruto, alcançou preços negativos (em 20/04) e se mantém pouco abaixo dos US\$ 20 – com grande volatilidade. Uma contingência inédita, que dá a medida da crise atual.

Importante lembrar que o déficit externo do país encerrou 2019 em patamar superior a US\$ 50 bilhões, um dos maiores em período recente. Nesse ano, o Brasil ainda contava com razoável fluxo de entrada de capitais, com efeito compensatório. Trata-se, todavia, de área delicada e volátil – que deverá ter papel-chave nesse novo contexto de crise ampliada.

Explicitadas as potencialidades, e os problemas, como feito nesta edição do Boletim, é momento de se voltar o olhar para um aspecto que é uma especificidade brasileira. Trata-se das possibilidades de reformas institucionais, modernizadoras e simultaneamente redutoras de desigualdades sociais, que vêm sendo lentamente implantadas. E tal contingência vem de obstáculos no flanco político e da governança.

O país necessita, urgentemente, de adequado aparato legal, com agências reguladoras plenamente reformadas para atuar como devem, operando para melhorar o funcionamento de mercados, provendo mecanismos indutores do atendimento de interesses básicos da população – nas áreas de saúde, transporte público, e energia, por exemplo. Ademais, é necessário eliminar o padrão de atendimento de demandas espúrias de certos segmentos empresariais. Uma modernização institucional adequada ao estágio atual do capitalismo no Brasil é, portanto, urgente. Não é tarefa para curto prazo, mas é algo a ser imediatamente posto em cena, para garantia de alcance de melhor ambiente negócios, removendo-se estruturas socialmente regressivas, no médio prazo. Tarefa difícil, sem dúvida, e que ganha maior complexidade na atual quadra.

Ocorre que a atmosfera brasileira ganhou, recentemente, contornos mais preocupantes, dramatizado no enfrentamento da pandemia. É como se não bastasse o clima de incerteza no combate a um vírus ainda pouco conhecido, cujo antídoto (vacina apropriada) ainda levará certo tempo (talvez mais de um ano) para ser materializada, e o já referido gigante déficit fiscal a ser enfrentado no pós-pandemia. O país terá que lidar também com governança errática, instabilidade política e imprevisibilidade. É como se uma nova realidade tivesse se instalado, mudando qualitativamente o olhar sobre a conjuntura.

Reitere-se, por fim, que a configuração da trajetória que está sendo acompanhada ao longo de sucessivos boletins mensais deve mudar drasticamente, a partir dos indicadores referentes a março de 2020. Novo panorama será descortinado, sob atmosfera de muita incerteza e sem robustos elementos de previsibilidade. Tudo que se sabe é que o país enfrentará impactos fortemente negativos; examinar quão ampla e profunda será a dimensão dos impactos é tema para os próximos boletins.

4. BIBLIOGRAFIA

DEPARTAMENTO ECONÔMICO-BANCO CENTRAL DO BRASIL (DEPEC-BCB). **Índice de Atividade Econômica**. Fevereiro/2020.

Pesquisa Mensal do Comércio. Fevereiro/2020.

Pesquisa Mensal dos Serviços. Fevereiro/2020.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Fevereiro/2020.

Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. Fevereiro/2020.

EXPEDIENTE FECOMÉRCIO-PE

Presidente: Bernardo Peixoto
Economista: Rafael Ramos
Designer Gráfico: Nilo Monteiro

EXPEDIENTE CEPLAN-PE

Osmil Galindo | Economista
Ademilson Saraiva | Economista
Roberto Alves | Estatístico
Jorge Jatobá | Economista
Tania Bacelar | Economista

Avenida Visconde de Suassuna, nº265,
Santo Amaro, Recife-PE | CEP 50050-540
Tel.: (81) 3231-5393 / 3231-6175
www.fecomercio-pe.com.br

